



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639083 - RJ (2021/0004573-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALDO NATAN ALMEIDA LOPES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALDO NATAN ALMEIDA LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Apelação Criminal n. 0279098-52.2017.8.19.0001).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão em regime inicial semiaberto e de 4 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 155, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta, em síntese:

- "a) impossibilidade de utilização de condenações extintas ou já cumpridas há mais de 5 anos da data dos fatos para majorar a pena base;
- b) eternização dos efeitos da condenação;
- c) registros da folha de antecedentes muito antigos;
- d) afastamento da análise desfavorável em aplicação à teoria do direito ao esquecimento;
- e) possibilidade de fixação da pena base mais próxima do mínimo legal;
- f) violação à norma contida no artigo 59 da lei penal material
- g) vedação à prisão preventiva decretada de forma automática"

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna seja confirmada a liminar da revogação da prisão preventiva, e seja a pena base fixada em patamar mais próximo do mínimo legal, aplicando-se o aumento de 1/8, bem como que seja reconhecida a figura do crime tentado, aplicando-se a fração máxima de redução, (artigo 155, *caput*, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal),

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente